

# AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: REFERENCIAL TEÓRICO E PRÁTICA DOCENTE

Ruberlei Martins Ferreira<sup>1</sup>

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ordália Alves de Almeida<sup>2</sup>

## Resumo

Manifestações de racismo, preconceito e discriminação racial/étnica fundados no ódio e na intolerância, infelizmente ainda estão presentes no ambiente escolar, mesmo que de maneira inconsciente e involuntária. Diferenças que poderiam produzir novos saberes, tornam-se alvo de sofrimento e constrangimento para determinados grupos de pessoas. O objetivo central desta pesquisa é avaliar como o professor de Educação Infantil pode trabalhar as relações étnico-raciais na escola com crianças de zero até seis anos de idade e com suas famílias. Por meio de revisão de literatura, foram selecionados dispositivos legais que tratam efetivamente da valorização das relações como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais. ar. Com base nos dados apresentados, conclui-se que é possível e urge de necessidade trabalhar as Relações étnico-raciais a partir da Educação Infantil para promover a inclusão social e eliminar toda e qualquer forma de discriminação no ambiente escolar e fora del.

**Palavras-chave:** Relações Étnico Raciais. Educação Infantil. Prática Docente.

## 1. Introdução

Este trabalho apresenta uma análise sobre o reconhecimento das abordagens das relações étnico-raciais na prática docente da Educação Infantil., buscando reconhecer a diversidade étnico-racial em correlação com a faixa etária e situações específicas da Educação Infantil, com orientações básicas da Lei 10.603/2003 e a Resolução 001/2004, que tratam respectivamente da obrigatoriedade do ensino da temática História e Cultura Africana e Afro-brasileira e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, que trouxe avanços significativos tornando imprescindível que as instituições de ensino passassem a executar programas educacionais destinados aos estudantes, às famílias e também a todos os cidadãos comprometidos com a educação, que dialogue com as relações étnico-raciais.

---

<sup>1</sup> Graduado em Pedagogia para Educação Infantil pela UFMS

Diante de situações vivenciadas na escola e noticiadas em jornais, envolvendo preconceito, racismo e discriminação entre alunos, independentemente do ano escolar, percebe-se que a discriminação e o racismo especificamente contra negros, são mais evidentes entre alunos no ambiente escolar. Essa realidade mostra a importância de trabalhar as relações étnico-raciais com crianças a partir da Educação Infantil, de maneira a construírem princípios de respeito às diferenças.

Nessa etapa da Educação Básica é possível promover aprendizagens e trocas de conhecimentos que possam contribuir para a formação ética e cognitiva das crianças e cabe ao professor lidar com a diversidade em sala de aula para conduzir os alunos a um aprendizado de respeito mútuo, que fortaleça as relações humanas e sociais.

O objetivo deste trabalho é avaliar como o professor de Educação Infantil pode trabalhar as relações étnico-raciais na escola com crianças de zero até seis anos de idade e com suas famílias. Os objetivos específicos buscaram: revisar na literatura conhecimentos sobre a temática das relações étnico-raciais no contexto da Educacional; identificar atividades que contribuam para o fortalecimento prática docente do professor de Educação Infantil voltadas às relações étnico-raciais e apresentar uma proposição para a prática docente na educação infantil com a temática das relações étnico-raciais.

A metodologia adotada é revisão de literatura, a partir de análise bibliográfica do processo histórico da implementação de leis e normatizações nacionais sobre a educação das Relações Étnico-raciais, no que se refere oportunizar o ensino dessa temática na Educação Infantil. Foram selecionados três documentos que possibilitaram analisar essa fase da pesquisa: (1) Lei 10.639/2003 que faz alterações na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) para incluir no currículo da educação básica a temática História e Cultura Afro-brasileira; (2) Resolução CNE/CEB n. 001/2004 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e, (3) Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais.

A estrutura do trabalho apresenta-se em quatro principais itens. O primeiro aborda as relações étnico-raciais no contexto da Educação básica e a perspectiva da Educação das Relações étnico-raciais, conceituando as relações de desigualdades que se manifestam por meio de racismo, preconceito, discriminação e diversidade cultural. O segundo item percorre sobre a vivência e prática docente vivida pelo autor deste trabalho enquanto professor de turma de Educação Infantil, apresentando alguns elementos que motivaram a realização desta pesquisa.

O terceiro item traz a construção de referenciais para a educação das Relações Étnico-raciais na educação infantil e conseqüentemente apresenta-se uma proposta para trabalhar o

tema foco deste estudo com crianças inseridas na Educação Infantil. No quarto e último item, as considerações finais mostram os vários fatores que contribuíram para o alcance dos objetivos propostos.

## **2. As Relações Étnico Raciais no contexto da Educação Básica**

As marcas da exclusão social e práticas racistas, principalmente contra negros, ainda não superada no cenário educacional brasileiro, tem suas configurações nas condições dos primeiros africanos que aqui aportaram no período do Brasil colonial, na condição de escravos e, mesmo passado 131 da abolição da escravatura, a exclusão social ainda não foi efetivamente superada (WALTER, 2009). As relações de desigualdades no contexto da educação básica se manifestam a partir de atitudes de racismo, preconceito e discriminação, sem o menor respeito à diversidade cultural.

Racismo está diretamente ligado às raças, etnias e características físicas, sob a crença de que certa etnia é superior às outras. No período colonial, tempo do regime da escravidão a prática de preconceito e discriminação racial foram institucionalizadas formalmente na Constituição imperial, de 1824 e contava com grande aprovação social. A incriminação de condutas discriminatórias ganhou foco nas cortes Italiana, Espanhola e no tribunal Alemão nas décadas de 1970 e 1980. No Brasil, em 1965 o Ato Institucional n. 2, alterou a Constituição Brasileira de inserindo mandado de criminalização para hipótese da discriminação racial, estabelecendo o combate constitucional ao racismo e punição criminal dos delitos de ódio (MARCHERI; ALVARES, 2015).

A Constituição Federal de 1988 reconhece e condena o racismo, como crime inafiançável. Entretanto, mudanças radicais em torno da questão racial só se materializaram com a III Conferência Mundial das Nações Unidas de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, sediada na África do Sul, em 2001 (BRASIL, 2004).

O preconceito, a princípio é expressão das relações sociais individualistas em desfavor a diferentes formas de comportamento humano. É uma prática de discriminação contra diferenças e particularidades. Existem diferentes formas de preconceitos, dentre eles: contra mulher, negros, homossexuais, imigrantes, idosos, pessoas com deficiências. Nessa perspectiva, qualquer forma de preconceito supõe um conceito pré concebido que configura posicionamento crítico superficial, visando manter ideias pré concebidas e não investigadas (CEFESS, 2016).

Pessoas vitimizadas pelo preconceito, sofrem humilhações pela negação da sua identidade e condição de existência, que acarretam prejuízos físicos, emocionais e psicológicos em maior ou menor grau. O preconceito generaliza valores sem investigar a respeito (GUIMARÃES, 1999).

Discriminação é atitude de constrangimento, motivada pela necessidade desqualificar o outro com provável interesse de benefício próprio. A discriminação geralmente demanda exclusão, restrição ou preferências individuais que impedem ações igualitárias. De maneira geral, a discriminação está voltada ao ato de separar, excluir ou diferenciar pessoas (MARCHERI; ÁLVARES, 2015). Discriminação e preconceito centraliza a ideia de raça, configurando casos de discriminação racial ou racismo de maneira precisa (GUIMARÃES, 1999).

Diversidade cultural está relacionada à pluralidade cultural de diferentes etnias. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) Vol. 10, trata da Pluralidade Cultural, como tema transversal. Reconhece a sociedade brasileira como multicultural formada por uma diversidade étnica e cultural dos diferentes grupos sociais que a compõem, especificando a diversidade étnica e cultural indígena, afrodescendente, imigrante, sertaneja, caipira etc. Ressalta as heranças culturais ao longo da nossa história, marcada por preconceitos, relações de discriminação e exclusão social que ainda impedem muitos brasileiros de ter uma vivência plena de sua cidadania. Recomenda que cabe ao professor tomar conhecimento do conteúdo para realizar as atividades pedagógicas voltadas para o tema na sala de aula ou em outro espaço educativo da escola (BRASIL, 1997).

A respeito da diversidade cultural a Assembleia das Nações Unidas a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural da UNESCO em 2001, (2001 Universal Declaration on Cultural Diversity), passando a reconhecer a necessidade de melhorar o potencial da cultura, o desenvolvimento sustentável e promover a paz mundial. No Brasil, a diversidade cultural tem papel central no o desenvolvimento de projetos culturais, especialmente com ênfase nos indígenas e afrodescendentes (UNESCO, 2014).

No contexto da educação básica, o maior desafio é a discriminação racial que se manifesta não só a nível individual, mas, também a nível institucional, sendo o racismo institucional a forma mais perversa (WALTER, 2009).

O racismo institucional atribui algum direito fundamentado e julgado em qualquer ideologia racista que estimula práticas institucionalizadas que provoca a desigualdade racial e também a discriminação de grupos de pessoas que se julgam superiores. Isso se deve por considerar o racismo uma norma padrão. (TRINDADE, 1994)

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana destaca que na nossa cultura, "ainda persiste em nosso país um imaginário étnico-racial que privilegia a branquidão e valoriza principalmente as raízes europeias da sua cultura, ignorando ou pouco valorizando as outras, que são a indígena, a africana, a asiática" (BRASIL, 2004, p. 15).

Com o objetivo de corrigir e eliminar discriminações e promover a inclusão social no sistema educacional brasileiro, o MEC vem modificando o modelo de desenvolvimento excludente estabelecido ao longo da história, que não garantia o acesso e a permanência de milhões brasileiros na escola pública. Dentre as prioridades das políticas educacionais encontra-se como meta o direito dos negros de se reconhecerem na cultura nacional (BRASIL, 2004).

Até o final dos anos 1970, as desigualdades raciais não sofreram alterações. A questão racial voltou a ser pauta de políticas públicas propagando uma democracia racial, desconsiderando as desigualdades, criando novas relações raciais e sociais amparadas no princípio da igualdade previsto na CF/1988. Contudo, a escola é o espaço democrático de maior evidências das manifestações de racismo, preconceito e discriminação racial (WALTER, 2009).

## 2.1 Educação das Relações étnico-raciais

Nessa perspectiva a Educação das Relações Étnico-raciais requer transformação, especialmente na atuação do professor. As transformações contam com a promulgação de documentos importantes como a Lei 10.603/2003 que tornou obrigatório o ensino da temática História e Cultura Africana e Afro-brasileira, nas escolas públicas e privadas do Brasil; a Resolução 001/2004 aprovado pelo Parecer 003/2004 do Conselho Nacional de Educação (CNE) que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (BRASIL, 2003;2004).

Com base nesses documentos o Ministério da Educação (MEC) firmou avanços na valorização da história e cultura dos afro-brasileiros e dos africanos, divulgando conhecimentos sobre a educação das relações étnico-raciais, bem como normatizando práticas docentes que visam educar cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, consolidando medidas afirmativas, sobretudo as influências do povo africano na formação da sociedade brasileira, abrangendo questões de consciência política, fortalecimento de identidade e de direitos, colocando em discussão a adoção de políticas educacionais e estratégias pedagógicas de valorização da

diversidade, com o objetivo de promover a superação da desigualdade étnico-racial visivelmente presente no ambiente escolar, em diferentes níveis de ensino (BRASIL, 2004).

### **3. Prática docente no contexto da Educação Infantil: realidade vivida e prática exercida**

Percebo a importância de planejar um trabalho mais sistematizado para caracterizar a realidade vivida e a prática exercida na instituição em que trabalho como professor, mas, por motivos que me absorveram tempo, apresento aqui algumas considerações relevantes que motivaram meu interesse pelo tema deste trabalho. Compreendo que na Educação Infantil, período em que a criança tem de zero a seis anos, a missão de ensinar e a responsabilidade de educar, ligadas às ações docente no processo de ensino e aprendizagem é instigante, pois, num momento em que é de fundamental importância traduzir e representar as relações de afeto estabelecidas pela criança, o professor deve ter a capacidade de rerepresentar o mundo e os seus significados.

Percebi que crianças a partir de 3 anos já expressam comportamentos discriminatório, ainda que numa compreensão subjetiva, mostrando insatisfação com certos colegas. Crianças de 3 a 5 anos apresentam sentimentos de auto classificação, brancos e negros, fazendo escolhas de amizades especialmente pela cor de pele e cabelos.

Para compreender os significados das convicções das crianças, reconhecendo-as como sujeitos e não como objetos de pesquisa procurei interagir ativamente com os alunos. Por meio de observação sistemática do cotidiano escolar das crianças, fui estabelecendo um processo de socialização entre elas, pois, o processo de socialização é fundamental para o desenvolvimento da criança, torna possível a compreensão do mundo. Para minha surpresa, algumas crianças continuaram resistentes, não estabeleceram relações interpessoais com crianças negras.

Sendo a família responsável pelas atitudes e comportamentos dos seus filhos, resolvi buscar junto aos pais informações a respeito dos comportamentos discriminatórios de suas respectivas crianças, no tocando a não querer estabelecer relações com coleguinhas negros (não usei esse termo, mostrei a criança). Observei a predominância do silêncio e desvio de atenção, o que me permitiu supor que o comportamento das crianças é conduzido em especial pela família e elas reforçam na escola a discriminação racial que a família também nutre.

Embora seja responsabilidade da gestão escolar construir e preservar valores que envolvam o respeito entre as pessoas, superar o preconceito e as práticas racistas, tendo os educadores, principalmente o professor como agente do processo de socialização, constatei que é ingenuidade achar a escola por si só vai dar conta, porque na realidade as crianças convivem

com a discriminação racial fora do contexto educacional, no ambiente familiar e elas tendem a incorporar a discriminação que a família e relações afins impõem.

A partir dessas experiências, compreendi que a família deve ser incluída no formato de qualquer projeto escolar para tomarem conhecimento de que a questão racial é conteúdo obrigatório no currículo escolar em todos os níveis da Educação Básica. Para ajudar a escolas, os pais devem promover em casa ações para conduzir os alunos a não desprezarem um determinado tipo de cultura ou dizer que uma é melhor do que outra.

Nesse sentido é imprescindível promover discussões sobre como conduzir a educação para Relações Étnico-raciais na Educação Infantil, buscando mostrar a relação entre o como somos e como são os outros, o que vemos nos outros e como somos vistos pelos outros. O racismo de criança para criança não pode ser ignorado. É na infância que a criança vai descobrindo seu lugar no mundo.

#### **4. Referências para a Educação das relações étnico-raciais na educação infantil: proposições**

A construção de referenciais para a abordagem da temática étnico-racial na Educação Infantil, tem proposições no documento de Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais, apresentado pelo MEC, por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), como resultado de estudos de Grupos de Trabalho (GT) que envolveram cerca de 150 professores e gestores educacionais entre dezembro de 2004 e junho de 2005, com o objetivo de incorporar revisões de conteúdos para cada nível ou modalidade de ensino com a temática étnico-raciais no campo educacional (BRASIL, 2006).

Para a Educação Infantil o texto do GT foi coordenado por Patrícia Maria de Souza Santana, apresentando questionamentos para a imagem docente do educador infantil e perspectivas históricas da educação infantil, dentro das relações étnico-raciais. Segundo a autora, nesse período se faz necessário que o professor compreenda a imagem que ele tem de criança e infância. Essa compreensão dá suporte para promover condições de igualdade estimulando o potencial de cada criança (SANTANA, 2006).

No contexto educacional da sociedade contemporânea, a criança é colocada na agenda pública como detentora da infância, com direito a saúde, educação e bem-estar social, garantidos por meio do Ministério Público, Conselhos Tutelares e de Defesa dos Direitos da Criança. A Constituição Federal de 1988 reconhece o caráter educativo Educação Infantil, incorporada na educação básica, diferentemente, do processo histórico do Brasil escravista, há

mais de quatro séculos, quando a educação das crianças brancas ocorriam em âmbito domiciliar e/ou em instituições religiosas, enquanto crianças negras encerravam sua infância na lida dos pais e, aos completar 8 anos sob a guarda dos senhores donos de escravos até 21 anos e, depois encaminhadas para asilos agrícolas e orfanatos, ou seja, a educação das pessoas negras era restrita à demanda dos senhores (SANTANA, 2006).

Sendo o campo da Educação Infantil um espaço coletivo onde o docente é mediador de práticas pedagógicas de aprendizagem em prol do desenvolvimento da criança. De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), a escolarização de crianças na Educação Infantil deve assegurar práticas pedagógicas específicas para crianças de até três anos em creches e crianças de quatro e cinco, prevendo continuidade do processo de aprendizagem, sem antecipação de conteúdo a serem trabalhados no Ensino fundamental (BRASIL, 2010).

Por outro lado, a criança na escola, constrói sua identidade pessoal e coletiva a partir das relações cotidianas no ambiente escolar, experimentando e questionando sobre a natureza e o mundo em que está inserida (BRASIL, 2010). Portanto, se a criança constrói sua identidade a partir das interações sociais e coletiva, ele deve ser provocado precocemente a desconstruir, principalmente as teorias de discriminação racial, onde geralmente a criança traz a imagem de inferioridade e de incapacidade humana atribuída ao outro pela cor da pele. N

Nesse sentido, ao abordar a educação das relações étnico-raciais na Educação Infantil o professor estará atendendo ao currículo do DCNEI que prevê para a Educação Infantil um,

Conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade (BRASIL, 2010, p. 12)

Convém ressaltar que o plano orientador de qualquer proposta é o Projeto Político Pedagógico da escola, que deve ser elaborado num processo de participação coletiva da direção, dos professores e da comunidade escolar, para orientar ações da instituição de ensino e definir metas para o desenvolvimento do ensino e da aprendizagem pretendido para o público alvo.

A proposta pedagógica para a Educação Infantil deve conter eixos norteados como brincadeiras e interações e respeitar princípios éticos de autonomia, responsabilidade, solidariedade e respeito ao bem comum, ao meio ambiente e as diferentes culturas. Assim como princípios políticos de direitos de cidadania e os princípios estéticos da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais (BRASIL, 2010).

De acordo com Santana (2006), a educação para as relações étnico-raciais na Educação Infantil visa promover a socialização tanto das crianças negras quanto das crianças brancas, posto que a discriminação racial produz desigualdade para todos, prejudicando a socialização e a construção de identidade. Nessa perspectiva, torna-se necessário estreitar a relação entre as crianças e os adultos tornando possível cuidar da criança afetivamente. A manifestação de afeto no processo educativo se faz necessária para todas as crianças indistintamente, seja colocar no colo, afagar o rosto, os cabelos, atender ao choro e consolar em momentos de medo e angústia.

Uma proposição onde é possível ensinar e aprender sobre as relações étnico-raciais é por meio de histórias, vídeos e sugestão de atividades, sendo também "é necessário que a relação das instituições de Educação Infantil com as famílias seja pautada primeiramente pela compreensão da diversidade de organização das famílias brasileiras". A relação entre a instituição de ensino e a família deve ser dimensionada na perspectiva do diálogo, valorizando substancialmente o sentimento de pertença (SANTANA, 2006, p. 42).

De acordo com Lima (2011), uma estratégia recomendada para trabalhar com crianças desde inseridas na Educação Infantil, é sobre as diferenças raciais, considerando que a faixa etária de 0 a 5 anos é de fundamental importância na formação da personalidade humana. Nesse sentido a criança deverá relacionar as diversidades culturais de diferentes famílias.

Sabendo que, de acordo com o DCNEI o currículo da Educação Infantil não pode antecipar conteúdo do Ensino Fundamental, compreende-se que para construir uma proposta de educação das Relações Étnico-raciais o trato pedagógico da questão deve promover vivências éticas e estéticas com outras crianças como forma de ampliar os padrões individuais de cada criança apresenta-se duas proposições de atividades para desenvolver o tema na Educação Infantil

#### 4.1 Proposições de atividades

##### **Atividade 1 - Roda de conversa**

Essa atividade é inspirada no formato dinâmica de grupo. O objetivo é propor uma conversa para que as crianças se conheçam e começar a entender relações de preconceito e identidade. De forma que não se torne cansativo, os alunos deverão ser conduzidos por determinado limite de tempo para expor opinião sobre um determinado previamente explicado pelo professor. Os demais alunos também terão tempo para debater, e o professor pode naturalmente intervir para apoiar as crianças em seus diálogos. Os

recursos podem ser revistos, recortes, notícias recentes e outros materiais que a criança conheça ou não.

O roteiro para a realização dessa atividade é o seguinte:

- Todos os alunos poderão participar;
- O professor vai escolher 5 alunos para iniciar uma conversa sobre determinado tema;
- Cada aluno terá 5 minutos para apresentar suas considerações de forma que sinta à vontade, não importa que no meio das suas ponderações ele desvie para outro assunto,
- Após 5 minutos, qualquer aluno que manifestar interesse espontaneamente, poderá complementar o assunto com perguntas ou com contando uma pequena história semelhante;
- Terminada a conversa reinicia com o próximo aluno que foi escolhido entre os cinco, e outro debate vai surgir, até que os 5 alunos escolhidos terminem e conseqüentemente outros alunos vão interagir. .

O objetivo dessa dinâmica é promover a interação entre os alunos, provocar a curiosidade deles e ao mesmo tempo criar laços de convivência. Importante lembrar que o aluno deve sentir-se à vontade para falar o que quiser e ser acolhido pela turma. O professor como mediador e controlador dos minutos pode intervir no debate, procurando não constranger o aluno e ao mesmo tempo conduzir a conversa.

## **Atividade 2**

### **Projetos contra o preconceito - Feira da diversidade**

Formação para atender à Lei 10.639/2003. A questão racial e o foco, lembrando que a inclusão do ensino da História e da cultura afro-brasileiras é obrigatória e válida para todos os níveis da educação Básica com a instituição das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais.

#### **Objetivos:**

- Estimular o respeito à diversidade;
- Conduzir a formação de cidadãos preocupados com a coletividade
- Não menosprezar o outro com base em conceitos pré-concebidos.

#### **Desenvolvimento do Projeto**

##### **Apresentar vídeos e contos**

- Levar a criança para entrar em contato com o universo de lendas e contos que a valorizam o respeito às diferenças.
- Bonecos negros - fazer com que a criança associe os bonecos negros à realidade de ter amigos negros. Cada criança poderá levar o boneco para casa por um dia, trazer na aula seguinte para outro colega levar;
- Toque - criar brincadeiras onde as crianças deverão trocar pequenos gestos de carinho, mexendo nos cabelos para sentir a textura e os diferentes tipos de cabelo. Essa atividade busca romper barreiras de preconceito estético;
- Comida - promover aulas de culinária, que não será necessariamente fazer algum tipo de comida, mas de trazer de casa fotos, desenhos, e o professor pode complementar com algum prato típico de alimento que conta a história de origem africana e valoriza a cultura dos afrodescendentes.
- Música - pela música estimular o desenvolvimento do senso crítico da criança e estimular o respeito pelos diversos grupos musicais.

Para fortalecer o projeto, a escola deve promover uma apresentação geral no pátio da escola e distribuir material sobre o tema, centralizando a influência africana na formação cultural brasileira, principalmente no que diz respeito à identidade racial.

Recomenda-se para a feira geral, uma banca de degustação que pode ser elaborada com o apoio da comunidade escolar e das famílias.

## **5. Considerações finais**

O objetivo deste trabalho foi alcançado, com base nas recomendações, vários fatores contribuem para abordar as étnico-raciais no espaço da educação infantil, sendo esse o lugar onde as crianças interagem com relações sociais com seus pares e adultos com diferentes subjetividades e relações que influenciam na formação da sua identidade própria.

Ao analisar o documento de Orientações e Ações pra a Educação das Relações Étnico-Raciais, sem dúvida as orientações do referido documento busca construir uma pedagogia antirracista, articulando os objetivos das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana para combater a discriminação racial e qualquer outro tipo de discriminação e, desejavelmente, por fim na desigualdade social por meio da reeducação das relações étnico-raciais que perpassam o ambiente escolar.

O preconceito é um pré julgamento sem razão objetiva, a discriminação é a exteriorização de um preconceito, o racismo é o pior tipo de preconceito, tornando a discriminação racial um conceito de racismo para justificar a dominação do branco sobre o negro.

Observou-se na literatura, um consenso entre os autores a respeito de que no ambiente escolar, a discriminação racial especificamente menosprezando a raça negra, que parte do preconceito e discriminação, causado pela antipatia e ódio às pessoas com diferença físicas e cor da pele. Esse comportamento nega independentemente da cor da pele as pessoas não são inferiores e possuem habilidades e qualidades específicas

Quanto a Educação das Relações Étnico-Raciais ainda é um desafio que precisa ser mais aprofundada nas práticas pedagógicas e reforçada pelos dispositivos legais para ampliar a visão da sociedade para além do ambiente escolar.

Conclui-se que os dispositivos legais decorrentes da aprovação Lei nº 10.639/2003 precisam de maior divulgação entre educadores e a sociedade em geral, para que seja colocado em prática mais ações afirmativas na educação básica brasileiro promovendo possível promover o respeito e a valorização da diversidade cultural estimulando a tolerância e o respeito entre as pessoas. Ao respeitar as diferenças valorizamos a nossa identidade cultural e aprendemos a lutar por um mundo melhor.

### 3. Referências

BRASIL, Ministério da Educação **Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual Vol. 10**. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, MEC/SEF, 1997. 164p. 1

\_\_\_\_\_, Presidência da República. **Lei 10.639 de 02 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996 [...] para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Brasília: Governo Federal, 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm). Acesso em: 11 jan 2019

\_\_\_\_\_, Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação básica. **Resolução CNE/CEB n. 1 de 21 de janeiro de 2004**. Estabelece Diretrizes Nacionais para a organização e a realização de Estágio de alunos da Educação Profissional e do Ensino Médio, [...]. Brasília: CNE/CEB, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/res1.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2019

\_\_\_\_\_, MEC/ Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006. 262 p.

\_\_\_\_\_, Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: ME/SEB, 2010 , 40p.

CFESS - Conselho Federal de Serviço social. **O que é preconceito**. Brasília: CEPSS, série Serviço Social combatendo o preconceito, 2016, 24p.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Racismo e anti racismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34 Ltda., 1999.

LIMA, Thaisa de Oliveira. Sei que existe, mas não quero ver: o preconceito com crianças negras na educação infantil. Itinerrarius **Rev. Eletrônica do curso de Pedagogia**, Jatai, vol. 1, n. 10, p1-13, 2011

MARCHERI, Pedro Lima; ÁLVARES, Silvio Carlos. A epistemologia do racismo no Brasil. **Rev. Informação Legislativa Senado Federal**, Brasília v. 52 n. 208 out./dez. p 149-166, 2015. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/517702/001055771.pdf>. Acesso em: 10 abr 2019

SANTANA, Patrícia Maria de Souza. **Educação infantil**. In: BRASIL, MEC/ Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, p-31-48, 2006.

TRINDADE, Azoilda Loretto de. **O racismo no cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/Instituto de Estudos Avançados em Educação/Departamento de Psicologia da Educação, 1994.

UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura.  
**Diversidade Cultural no Brasil.** 2014. Disponível  
<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/cultural-diversity/>. Acesso em: 16 jun 2019

WALTER, Silvana Klenk [ Professora de história ]. **Relações Étnico-Raciais na Escola.**  
Curitiba: Portal Dia adia Educação, 2009. Disponível em:  
<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1410-8.pdf>. Acesso em: 22 mai.  
2019